

***SOU BRASILEIRO DE CORAÇÃO, YA ESTÁ ARGENTINO MI CORAZÓN:*
BREVE ESTUDO DAS CARTAS DOS ESTRANGEIROS PARA GETÚLIO VARGAS
NO ESTADO NOVO E JUAN DOMINGO PERÓN NO PRIMEIRO PERONISMO**

Mayra Coan Lago¹
Doutoranda em História Social/FFLCH-USP
mcoann@hotmail.com

Durante os períodos conhecidos como “Estado Novo” brasileiro (1937-1945) e “Primeiro Peronismo” (1946-1955), Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón receberam milhares de cartas, provenientes de diversas partes do Brasil e da Argentina, de nacionais e de estrangeiros. Nosso objetivo é analisar e comparar as cartas dos estrangeiros para estes governantes procurando identificar suas aspirações, demandas, inquietudes e as diversas formas de atuação e participação que desejavam ter nos “novos governos”.

Antes de compararmos, é necessário marcarmos, brevemente, algumas das particularidades nacionais e internacionais destes governos. No que se refere as nacionais, no Brasil, a ditadura do Estado Novo, estabelecida em novembro de 1937, legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar os espaços das liberdades políticas, disciplinar a mão-de-obra, controlar os movimentos dos trabalhadores, e industrializar o país. A legitimidade do Estado intervencionista foi promovida a partir da defesa da construção do progresso dentro da ordem, das “integrações” do país, do desenvolvimento econômico e da promulgação dos direitos sociais e trabalhistas. Para lograr a execução de seu projeto político, Vargas contou com o apoio das Forças Armadas, da Igreja e de parte dos trabalhadores e proprietários.

Nove anos mais tarde, na Argentina, Perón, que já havia participado do governo da “Revolução Nacional” (1943-1945), ocupando diversos cargos², vence as eleições de 1946 pelo Partido Laborista, governando o país até 1951, quando foi reeleito para o cargo pelo Partido Peronista. Os primeiros anos do governo foram de relativa euforia social, possibilitada pelo desenvolvimento econômico favorável ao país no pós-Segunda Guerra Mundial, pela execução dos Planos Quinquenais (1946-1951; 1952-1957), pela redistribuição de recursos em diversas áreas e pela promulgação de políticas sociais e dos direitos trabalhistas. Durante o primeiro

¹ Bolsista de doutorado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Pós-Guerra e Secretário de Trabalho e Previdência.

governo, Perón contou com o apoio de parte dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, de setores das Forças Armadas e da Igreja.

No segundo governo, Perón teve que lidar com uma crise econômica, caracterizada pelo aumento da inflação, suspensão dos subsídios públicos e queda de salários. O falecimento de Eva Perón, o acirramento da oposição sindical e as greves dos trabalhadores tornaram o cenário ainda mais complexo. Neste momento, o descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da igreja, que acabou rompendo com o governo. Perón foi derrubado pelos militares em 1955 (LAGO, 2019).

As particularidades nacionais- uma ditadura no Brasil e uma democracia na Argentina- devem ser combinadas com as internacionais. Neste plano, os governantes tiveram que lidar com cenários distintos, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Os distintos acontecimentos foram utilizados pelos regimes para forjarem concepções próprias de segurança nacional, mas também para justificarem o uso da força para combaterem e derrotarem as possíveis “ameaças” e “inimigos” da pátria.

Em ambos os países, o envio de cartas de pessoas comuns³ para autoridades políticas precede os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón⁴ e chega aos dias atuais. Este tipo de comunicação política também extrapola as experiências e os territórios latino-americanos, inclusive em período correspondente, sendo possível localizar cartas para Adolf Hitler, Francisco Franco, Joseph Stálin e Franklin Delano Roosevelt. Apesar do que foi mencionado, cabe nos questionarmos sobre as distintas motivações e a insistência dos missivistas para se comunicarem com os governantes brasileiro e argentino. Ou seja, refletirmos sobre as particularidades dos casos estudados.

Este texto compõe um projeto maior, a nossa tese de doutorado, ainda em desenvolvimento, que objetiva compreender a construção dos imaginários sociais das pessoas comuns durante o Estado Novo brasileiro e o Primeiro Peronismo. Nossa tese é que estas pessoas e os governantes constituíram uma relação direta e particular, ainda que assimétrica, nestes momentos, que pode ser observada por meio da troca de correspondência dos nacionais e dos estrangeiros com Vargas e Perón. Embora consideremos a relação, sabemos que esta não foi composta por todos que almejaram fazer parte ou já faziam parte da sociedade brasileira e

³ Entendemos por pessoas comuns homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, sem notoriedade política.

⁴ No caso da América hispânica, advém da época colonial, e na América Portuguesa, alguns pesquisadores se debruçaram no estudo da troca de correspondência durante a Monarquia.

argentina. Deste modo, ficaram excluídos os que discordavam ou criticavam, sobretudo abertamente, os regimes ou os projetos políticos governamentais, tal como os que não estavam dentro dos critérios que interessavam aos governantes, algo que retomaremos no primeiro tópico para o caso dos estrangeiros. Parte dos “excluídos” foram inclusive perseguidos e detidos por serem considerados inimigos, portanto, “ameaças” as nações.

Utilizamos a ideia de “relação direta e particular”, pois entendemos que era assim que os governantes e os governados desejavam ou concebiam o nexos que estabeleceram. Contudo, a análise do caminho percorrido por estas cartas, considerando as estruturas governamentais, que valorizavam e cuidavam delas, revela que, apesar do desejo mencionado, havia milhares de mediadores especializados, que tornaram a sustentação da ideia de “diálogo direto” possível (LAGO, 2019).

Trabalhamos com cerca de 2446 cartas, sendo 1000 do Brasil e 1446 da Argentina. Deste montante, 216 cartas, quase 10%, são de estrangeiros, a maioria homens, sendo 70 para Vargas e 146 para Perón⁵. Optamos pelo termo “estrangeiro” por permitir refletirmos sobre a complexa relação estabelecida com os nacionais, pois seu significado abarca a concepção daquele que é proveniente ou característico de outra nação como também o que não se sente pertencente à uma *comunidade imaginada*, sentindo-se alheio a mesma. Em outras palavras, o olhar do nacional sobre o estrangeiro e do estrangeiro sobre o nacional.

Lidamos com cartas de estrangeiros que estavam vivendo fora e dentro do Brasil e da Argentina. Também consideramos as missivas dos nacionais, que se referiam aos estrangeiros que estavam morando nos respectivos países por considerarmos que teremos um panorama mais amplo e complexo do período estudado. As distintas proveniências revelam os diversos momentos das correspondências, como de fora, da entrada e da vida nos países. Deste modo, apesar de estarem categorizadas como “estrangeiros”, as particularidades dos missivistas e dos momentos da escrita e da troca de cartas também devem ser consideradas e cotejadas com o seu tipo e tema.

⁵ No caso brasileiro, Vargas recebeu cartas de dezoito nacionalidades, a saber: uruguaia, argentina, norte-americana, portuguesa, italiana, mexicana, alemã, boliviana, francesa, grega, inglesa, luxemburguesa, peruana, suíça, chilena, dinamarquesa, espanhola, nicaraguense. No caso argentino, Perón recebeu cartas de trinta e três nacionalidades, a saber: alemã, norte-americana, italiana, brasileira, chilena, espanhola, francesa, mexicana, boliviana, canadense, belga, checoslovaca, equatoriana, holandesa, inglesa, venezuelana, peruana, soviética, uruguaia, austríaca, colombiana, grega, guatemalteca, húngara, israelense, iugoslava, japonesa, libanesa, panamenha, paraguaia, portuguesa, polonesa, suíça e romena.

Com relação aos aspectos teórico-metodológicos, dialogamos com estudos gerais e específicos sobre cartas, pois ambos contribuem na nossa reflexão sobre as possibilidades de trabalho e interpretação das cartas. No caso dos gerais, destacamos os de Angela de Castro Gomes (2004) e de Teresa Malatian (2015) por reunirem questionamentos centrais dos procedimentos teóricos e metodológicos tratados. Além destes trabalhos, também nos interessam os estudos que versam sobre as missivas para estes governantes, regionais e temáticos, que se valeram das cartas como fontes principais ou complementares⁶.

A comparação dos governos considerados de “política de massa” na América Latina, como o varguismo e o peronismo, permite uma melhor compreensão destes fenômenos históricos similares e contemporâneos, mas com dimensões distintas no Estado Novo brasileiro e no Primeiro Peronismo. Ou seja, contribui para a elucidação das semelhanças e das especificidades destes momentos históricos no Brasil e na Argentina, sobretudo para analisarmos as semelhanças e particularidades das relações estabelecidas entre os estrangeiros, Vargas e Perón. Para lograr o objetivo, este artigo tem duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais: na primeira contextualizaremos brevemente a questão dos estrangeiros no Brasil estadonovista e na Argentina peronista e na segunda trataremos das cartas dos estrangeiros para Vargas e Perón.

Breves considerações sobre os estrangeiros no Brasil estadonovista e na Argentina peronista

Apesar do discurso oficial de “novos países”, com relação aos estrangeiros, os presidentes Vargas e Perón continuaram utilizando algumas das leis restritivas, das práticas e dos critérios para a entrada dos imigrantes já existentes. No caso da legislação, a Lei de Cotas e a Lei da Residência, implementadas em 1934 (nº 24.215) e 1902 (nº 4144), no Brasil e na Argentina, respectivamente, são exemplos.

No tocante aos organismos, no Brasil, os Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e Negócios Interiores e do Trabalho, Indústria e Comércio mantiveram a responsabilidade pela entrada e permanência dos estrangeiros no país (KOIFMAN, 2017). Além destes, manteve-se a Seção de Segurança Nacional no Ministério de Educação e Saúde, instituída em 1937, visando

⁶ No caso brasileiro, dentre os estudos que contribuem para esta pesquisa, figuram: José Rogerio da Silva (1992), Jorge Ferreira (1997) e José Rogério Franco Reis (2002), entre outros. No caso argentino, estão: Omar Acha (2013) e Donna Guy (2017), entre outros.

estudar os problemas da segurança nacional, relacionados com a educação e saúde⁷. Em 1938, foi criado o Conselho de Imigração e Colonização, que tinha como objetivo coordenar e sistematizar todas as questões relativas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no país. Outros órgãos importantes do período, que atuava junto com os citados, sobretudo para o controle e vigilância dos imigrantes, era a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

No caso da Argentina, o Ministério de Relações Exteriores e Culto e a Direção Geral de Migrações (DGM) continuaram responsáveis pela entrada e permanência de estrangeiros no país. De acordo com Marcela Cristina Quinteros (2008), as disputas entre estes órgãos continuaram e inclusive foram distribuídas em outras decorrentes da criação da Delegação Argentina de Imigração na Europa (DAIE) e da Comissão de Recepção e Encauzamiento de Imigrantes (CREI), que disputavam parte do processo de decisão em relação à imigração. Deste modo, os quatro órgãos ficaram responsáveis pela política imigratória, sendo que a novidade do governo peronista era que a DAIE e a CREI dependiam da Presidência da Nação e funcionavam de forma independente da DGM. Posteriormente, a partir de 1949, os órgãos mencionados ficaram submetidos a recém-criada Direção Nacional de Migrações (DNM), vinculada a Secretaria Técnica da Presidência. Do mesmo modo que no Brasil, a Argentina também contou com o auxílio da polícia, especialmente a Federal, para lidar com os imigrantes.

O que podemos observar é que, apesar das particularidades dos órgãos mencionados, os governos varguista e peronista procuraram centralizar o processo imigratório. Eles também intensificaram o sistema de controle e de trabalho destes organismos que atuaram como “diques de contenção” fora e dentro do Brasil e da Argentina.

No que se refere aos critérios, em ambos os países, os governantes mantiveram a seleção da entrada baseada em aspectos étnicos, ideológicos, morais, profissionais, econômicos e físicos. De acordo com Mariana Cardoso Ribeiro (2012), o projeto étnico-político do governo Vargas assumia uma forma mascarada de princípios nacionalistas. Este pode ser observado nos Decretos-lei nº 383, nº 406 e nº 3010, de abril, maio e agosto de 1938, respectivamente, que estabeleciam restrições à entrada e permanência dos estrangeiros no território nacional. Inspirado por ideias eugênicas, o Estado proibia o ingresso de determinadas pessoas, pois

⁷ CPDOC. Fundo: Ministério de Educação e Saúde – Assuntos Políticos. GC i 1935.12.00.

objetivava preservar a “*constituição étnica do Brasil, suas formas políticas, seus interesses econômicos e culturais e fomentar o trabalho agrícola*” (p.58).

Ainda de acordo com a historiadora, o Estado nacional moderno era idealizado como uma nação forte, eugenicamente constituída e portadora de uma identidade “autenticamente brasileira”. A política migratória restritiva buscava a homogeneidade da sociedade brasileira a partir da integração dos estrangeiros ao projeto de construção nacional. Para isso almejava a entrada das “boas” correntes imigratórias, correspondendo ao ideal do homem brasileiro, que seria branco, católico, saudável e despolitizado.

No caso argentino, as bases da política imigratória estavam estabelecidas no Primeiro Plano Quinquenal (1947-1951), que considerava que esta deveria ser “*seleccionada, culturalmente assimilável e fisicamente sadia, distribuída racionalmente e economicamente útil*”⁸. No Plano, o aporte imigratório estava associado à colonização, especialmente dos espaços vazios, distantes da capital do país, e à agricultura. Deste modo, a preferência era pelos camponeses, mas os trabalhadores e técnicos especializados também interessavam ao governo.

A incorporação dos imigrantes estava inserida na concepção de que determinadas pessoas poderiam contribuir para o desenvolvimento do país, sobretudo pela necessidade de mão-de-obra especializada na construção de obras públicas, nos projetos industriais e militares e nas atividades rurais. Deste modo, o contexto internacional e o projeto político argentino favoreceram o estímulo e a promoção de determinados imigrantes no período⁹, por meio da propaganda política, algo que não percebemos no Brasil.

No segundo governo peronista houve uma mudança nas ações do governo, que passou a incentivar o crescimento e desenvolvimento da população argentina. Do mesmo modo, investiu ainda mais para alcançar o equilíbrio urbano-rural, propondo a diminuição dos contingentes populacionais das grandes cidades, a descentralização das atividades industriais e o aumento da população rural a partir da vinculação entre o homem e a terra (BIERNAT, 2007).

Apesar das particularidades, durante o varguismo e o peronismo, duas concepções opostas sobre os estrangeiros foram forjadas a partir dos critérios mencionados e dos projetos

⁸ Presidencia de la Nación. *Primer Plan de Gobierno (1947-1951)*, tomo I, p.275.

⁹ Quinteros (2008) menciona a viagem de Eva Perón à Europa em 1947 como o primeiro sinal da extensa propaganda, dentro e fora do país, da política imigratória do peronismo. Segundo a historiadora, os discursos da primeira dama a favor dos trabalhadores serviram como prólogo de uma efetiva promoção imigratória. A DAIE também tinha como função a promoção da imigração italiana e espanhola para a Argentina por meio de convênios firmados, com ambos os países, em meados de 1947 e 1948 (QUINTEROS, 2008).

políticos dos governantes, a saber: os *úteis e adaptáveis* ao novo meio sociocultural, isto é, os que atendiam os critérios e que poderiam contribuir para a construção dos “novos países”, ou seja, os trabalhadores; e os *indesejáveis*, termo amplo e com significados muito particulares, mas utilizado pelo discurso oficial para se referir aos que não correspondiam aos critérios estabelecidos- como os negros, os ciganos, os judeus, os asiáticos, os comunistas, os doentes ou deficientes físicos e os analfabetos- e que, portanto, não contribuíram nos países.

Esta última concepção também foi utilizada para categorizar os que, mesmo correspondendo aos critérios de entrada, não satisfaziam as expectativas dos governos, como os “contestadores” e os “opositores” aos projetos políticos. Como mencionamos, estes não teriam uma relação direta com os presidentes então não poderiam ser integrados nas “novas” realidades.

As concepções forjadas sobre os estrangeiros foram sustentadas por dicotomias distintas nos países. No caso do Brasil, especialmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, na maioria dos casos estudados, a dicotomia ficou em torno dos nacionais e estrangeiros. O Estado nacional era considerado como um organismo, sendo que os grupos étnicos e suas culturas eram definidos como “vírus”, que atingiram o corpo da nação e ameaçavam a sua integridade. Eles também foram identificados como “quistos étnicos”, ou seja, transformados em elementos patológicos, que deveriam ser removidos.

Dentre as diversas expressões do combate ao “vírus”, destacamos a “campanha de nacionalização”¹⁰. Esta foi concebida para erradicar as línguas e as tradições culturais consideradas “alienígenas”, com o objetivo de impor o “espírito nacional” aos imigrantes considerados “não assimiláveis”, como os alemães e os japoneses. Os idealizadores da campanha criticavam a política de colonização com imigrantes, mantida durante a Primeira República, pois permitiu que estrangeiros formassem núcleos isolados, sobretudo nos estados do sul do Brasil. Nestes locais havia uma maior concentração destas populações que, segundo os idealizadores da campanha, estavam quase imunes ao processo assimilador característico da formação social brasileira (SEYFERTH, 1997).

Os núcleos deveriam ser eliminados através da “ação cívica” de todos os patriotas, especialmente com o auxílio do Ministério da Educação e do Exército. O Conselho de

¹⁰ Segundo Giralda Seyferth (1997), a ação nacionalizadora nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foi organizada pelo general José Meira de Vasconcellos, no comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria e conduzida pelo general Manuel Rebello, seu substituto no comando a partir de 1939.

Imigração e Colonização, já mencionado, colaborou com estes Ministérios, fornecendo informações sobre as atividades dos imigrantes em geral, e principalmente os oriundos da Alemanha, Itália e Japão. Os atos de nacionalização estabeleceram diretrizes para o sistema de ensino em língua estrangeira, passando a obrigar as “escolas estrangeiras” a modificarem seus currículos e dispensarem os professores “desnacionalizados”, sob pena de serem fechadas caso não cumprissem a lei. Ademais, o Estado proibiu o uso de língua estrangeira em público, inclusive nas atividades religiosas.

A partir de 1942, especialmente após os ataques aos navios brasileiros pelos alemães, a situação dos imigrantes e descendentes alemães, italianos e japoneses acirrou-se. A comoção nacional popular justificou a entrada do país na Segunda Guerra Mundial e reforçou as ações repressivas do exército e de pessoas comuns com estes estrangeiros, pois o conflito os transformou em “ameaças a nação” e “inimigos da pátria”.

No caso argentino, a situação foi um pouco distinta. O governo peronista preocupou-se com os estrangeiros recém-chegados e com os antigos residentes, almejando que ambos se incorporassem ao “universo peronista”. O governo peronista promulgou resoluções sobre o tratamento que deveria ser oferecido aos imigrantes recém-chegados, especialmente para os europeus. A Resolução 11 da DGM, de março de 1949, estabelecia uma série de diretrizes que tinha como objetivo oferecer as condições básicas para que o imigrante se sentisse parte da comunidade argentina, como trabalhador (QUINTEROS, 2008). Ademais, a propaganda, exibida na sua chegada, exaltava os feitos do governo, mostrava as belezas e as riquezas do país, mas também orientava e indicava as potencialidades argentinas, especialmente fora de Buenos Aires.

Segundo Quinteros (2008), após a sua chegada, o imigrante deveria continuar sentindo a presença do Estado em cada aspecto da sua vida. Todas estas iniciativas objetivavam produzir uma ideia de uma sociedade fraterna, na qual o governo os protegeria, como já fazia com os nacionais. Deste modo, na Argentina, na maioria dos casos estudados, a dicotomia era mais em torno dos peronistas e não-peronistas do que entre nacionais e estrangeiros. Em um espaço definido pelas disputas de corações e mentes, o imigrante deveria ter a certeza que estava sendo incluído num elo carregado de positividade com o presidente da nação, como trabalhador peronista.

Uma das consequências diretas desta inclusão apareceu na nova Constituição, de 1949, que tornou o sistema de nacionalização mais flexível com o estrangeiro, pois só exigia que ele

residisse de forma contínua no país¹¹. No ano seguinte, o executivo apresentou o projeto para a regulamentação do artigo da Constituição, não obstante, foi efetivado somente em 1954.

Apesar das especificidades brasileiras e argentinas, nos dois países, os imigrantes que não se adequaram as diretrizes ou aos projetos políticos varguista e peronista foram perseguidos e repreendidos em nome da “segurança nacional”. Segundo Ribeiro (2012), no Brasil, durante este período, foram promulgadas uma série de leis proibindo atividades políticas dos estrangeiros e aplicando a expulsão aos que resistiam. A participação em greves, o auxílio aos presos políticos e uma manifestação de crítica ao governo eram considerados atos contrários aos “interesses da República”. Assim, poderia ser expulso do Brasil todo estrangeiro que “*por qualquer motivo, compromettesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública*” (RIBEIRO, p. 269). Em suma, qualquer pessoa que estivesse contrária aos interesses do governo, mesmo não cometendo crime político ou comum, ou que não conseguisse se integrar ao projeto nacional deveria ser excluída da sociedade.

Na Argentina, a proclamação do estado de guerra interno, em 1951, e a já mencionada Lei da Residência, foram utilizadas para restringir a atuação política dos imigrantes e expulsá-los. A lei supracitada reunia artigos amplos, como o segundo que considerava que o poder executivo poderia ordenar a saída de todo o estrangeiro cuja conduta compromettesse a segurança nacional ou perturbasse a ordem pública¹². Ou seja, ficava a cargo das autoridades políticas ou do governante identificar e definir quais condutas comprometiam a segurança nacional, tal como os “subversivos”.

Segundo Mariana Nazar (2008), esta designação seria oferecida se a pessoa tivesse participação em informes da imprensa estrangeira considerados comprometedores para o governo ou formasse parte de associações relacionadas com os países comunistas ou com o Partido Comunista. Ainda de acordo com a historiadora, um olhar diferente sobre as políticas governamentais ou uma crítica ao governo em um periódico internacional poderiam ser

¹¹ O artigo 31 do capítulo II intitulado “Derechos, deberes y garantías de la libertad personal” da Constituição de 1949 estabelecia que, depois de cinco anos, os estrangeiros que entraram no país sem violar as regras, gozariam de todos os direitos civis e políticos. No que se refere à nacionalização, poderiam solicitar o pedido aqueles que viveram dois anos no território ou conseguiriam automaticamente caso tivessem vivido cinco anos seguidos. Fonte: Constituição de 1949. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/ar/ar146es.pdf>. Acesso em 2 de agosto de 2019.

¹² Ley N° 4144 de Residencia de 1902. Disponível em: <http://www.unterseccionalroca.org.ar/imagenes/documentos/leg/Ley%204144.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

entendidas como um ataque contra a nação, uma conspiração internacional, em uma clara atitude anti-argentina.

As cartas dos estrangeiros para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón

Ainda que consideremos a troca “natural” da correspondência, vale mencionarmos os distintos chamados políticos, como convites para a escrita, realizados pelos presidentes ou seus intermediários. No caso brasileiro, identificamos um chamado político indireto e impessoal, realizado sobretudo por meio da propaganda das cartas, como por Marcondes Filho, quando foi o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a partir de 1942. No caso argentino, identificamos um chamado político direto e pessoal, realizado por Perón, em dois momentos específicos. Em outubro de 1946, após a apresentação do Primeiro Plano Quinquenal no Parlamento, quando ele pede para os argentinos enviarem os seus comentários e opiniões sobre o plano divulgado; e, em dezembro de 1951, no discurso que teve como lema "*Perón quiere saber lo que su pueblo necesita*", quando ele solicita o envio das inquietudes dos argentinos¹³.

Apesar dos chamados serem voltados para os nacionais, percebemos que as convocatórias chegaram aos estrangeiros, por estarem residindo no país ou pela repercussão das obras e da propaganda política destes governos para além dos territórios brasileiro e argentino. Os estrangeiros também se identificaram com os “convites” e inclusive utilizaram para tentar se incorporar aos projetos políticos de Vargas e de Perón ou para reivindicar seus direitos, tal como os nacionais.

As cartas analisadas foram recebidas e tratadas por órgãos específicos. No caso do Brasil, pela Secretaria da Presidência da República, dirigida por Luiz Vergara. No caso da Argentina, pela Secretaria de Assuntos Técnicos, dirigida por Francisco Figueroa. Posteriormente, a Secretaria argentina foi transformada em Ministério de Assuntos Técnicos, sob direção de Raul Antonio Mende.

As estruturas mencionadas tinham, dentre as suas funções, a responsabilidade pela comunicação política dos governos. Jorge Ferreira (1997) considera que a Secretaria da Presidência teve um papel político importante, pois deveria refletir a imagem e a ideologia oficial do regime. Consideramos que os órgãos argentinos também tiveram este papel, sendo

¹³ “Perón quiere saber lo que su pueblo necesita”. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951.

que, em ambos os países, eles atuaram como um eficiente e amplo canal de comunicação entre o governo e a sociedade, que ultrapassou sua função meramente administrativa-científica.

Estes organismos estavam diretamente associados a outros governamentais, nacionais ou regionais, conformando uma ampla rede de comunicação, sobretudo com os da propaganda e polícia política. Portanto, as cartas contribuíram para a construção e fortalecimento da relação direta mencionada por nós na introdução deste artigo, mas também para a difusão das imagens positivas desejadas por estes governos e para o mapeamento, identificação e perseguição dos possíveis ou prováveis opositores dos regimes.

A maior parte da correspondência passou por um trâmite que envolvia: recebimento; abertura de um processo administrativo; tradução e leitura da carta; encaminhamento para o Ministério ou responsável adequado; parecer do responsável; retorno para a Secretaria ou Ministério; e resposta padrão para o remetente. Em alguns casos, de comentários ou projetos/inventos, um novo trâmite ocorria para dar continuidade a comunicação.

Estas missivas foram enviadas e recebidas durante todo o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, mas tiveram um crescimento a partir de 1942, no caso do Brasil e de 1951, no caso da Argentina. Pensamos que, no Brasil, este aumento pode ser atribuído aos ataques aos navios brasileiros pelos alemães e a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, constituindo um momento de maior tensão entre os nacionais e os estrangeiros. Na Argentina, consideramos que o convite realizado por Perón, solicitando o envio das inquietudes para a formulação do Segundo Plano Quinquenal, pode ter contribuído para o crescimento das missivas.

As cartas não têm uma única estrutura, mas, em geral, é possível identificar três partes amplas principais, a saber: identificação do missivista, apresentação do tema ou do problema e saudações finais. Apesar das especificidades dos remetentes e das razões da escrita, na maioria das cartas, o início é similar, marcado por um pedido de desculpa por tomar o tempo dos governantes, um agradecimento pela atenção e uma justificativa que motivou a escrita.

No que concerne aos tipos de cartas, dentre a variedade dos estabelecidos¹⁴, figuram: pedidos, comentários, agradecimentos, projetos ou inventos e denúncias. No caso brasileiro, a maior parte das cartas eram pedidos, seguidos de comentários, projetos ou inventos,

¹⁴ Apesar da separação acreditamos que tais categorias são flexíveis e fluídas, isto é, muitas vezes um comentário vinha acompanhado de um pedido ou uma colaboração tinha uma denúncia então estes casos também foram considerados na análise.

agradecimentos e denúncias. Já no caso argentino, a maior parte das cartas eram projetos ou inventos, seguidos de pedidos, comentários, agradecimentos e denúncias.

Atribuímos a particularidade dos tipos as distintas conjunturas e momentos que as cartas estão sendo escritas, mas também as relações específicas que foram sendo construídas entre estes estrangeiros e os governantes. No Brasil, a maioria das cartas são escritas de dentro do país, seguidas pelas de fora e de entrada no país. Na Argentina, a maioria são de fora seguida pelas de dentro e de entrada no país.

Os que estão fora do Brasil pedem uma colocação em algum órgão público, uma permissão de entrada no país ou tentam vender um invento. Os que estão fora da Argentina, solicitam o financiamento de um invento, a incorporação de um projeto nos planos do governo, uma colocação em algum órgão público ou a permissão para abrir um empreendimento no país.

Os estrangeiros que estão dentro fazem questão de assinalar o diferencial com os demais, mostrando que já se integraram- ou estão tentando- nas realidades nacionais e nos projetos políticos governamentais. No caso brasileiro, dentre os temas, figuram: pedidos de liberdade de familiares estrangeiros detidos no país, especialmente com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; auxílio político para documentação necessária de estrangeiros; auxílio financeiro para levar os parentes para o Brasil; denunciar ou solicitar a solução de uma injustiça envolvendo estrangeiros e nacionais; lamentar o ataque aos navios brasileiros e oferecer a vida pela pátria. Há também muitas cartas de brasileiros denunciando estrangeiros por motivos diversos. Já no caso argentino, dentre os temas, estão: pedido de emprego; solução de uma injustiça envolvendo estrangeiros e nacionais; auxílio financeiro para levar os parentes para a Argentina; auxílio político para documentação necessária de estrangeiros.

A despeito dos distintos momentos da escrita, na maioria dos casos, os presidentes são identificados como estadistas. Em seguida, uma série de termos elogiosos são somados como patriotas, nacionalistas, democratas, justos, bondosos de coração, generosos, benevolentes e atenciosos com os mais humildes. De modo geral, a coragem e a insistência de escreverem para os governantes são justificadas pela admiração, simpatia, confiança, gratidão, desespero, além das distintas identificações (pessoal, profissional, política, cultural, regional e mundial) com os presidentes que os representa.

Frieda Rolwer escreve para Vargas, do Rio de Janeiro, em outubro de 1942, solicitando a liberdade do marido alemão:

Venho por meio desta ajoelhar-me aos vossos pés para pedir vos que tenha pena de mim e dois filhos (...) passando privações com a ausência de meu marido Friedrich Rolwer, natural da Alemanha que se encontra 1 mez e 5 dias preso na Detenção. Sr. Presidente, eu sou brasileira, assim como meus filhos também, uma de 15 e o menos com 7 anos de idade. Meu marido é e sempre foi amigo do Brasil, nunca tratou de políticas, tem boa conduta (...) te apelo para o vosso nobre e bondoso coração, pelo amor e nossa família. Sr presidente, aos vossos pés eu peço faça esta caridade e manda libertar o meu marido (...) ¹⁵.

Em um tom religioso, a missivista recorre ao presidente- de modo similar a uma oração religiosa- utilizando parte dos adjetivos citados acima. Ela justifica a sua escrita por uma situação de desespero, sendo Vargas a única esperança para a solução do seu problema. O caso é descrito utilizando as suas identificações pessoais e nacionais- mulher, mãe e esposa brasileira-, assim como as do marido. Embora estrangeiro, a missivista procura demonstrar que ele cumpre os critérios para permanecer no país, inclusive fazendo parte do projeto político governamental, pois é apolítico, tem boa conduta, é amigo do Brasil e trabalhador. A menção a privação dela e dos filhos brasileiros- a nacionalidade foi evocada mais de uma vez- combina dois pilares do projeto estadonovista: o trabalho e a família. O processo foi encaminhado para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública e para a Interventoria Federal do Rio de Janeiro. Estas responderam informando que o marido já estava em liberdade, notificando Frieda Rolwer ¹⁶.

Por razões distintas, mas ainda utilizando das imagens de benevolência do presidente, Benjamino Penetta escreve para Perón, de Buenos Aires, em janeiro de 1951, pedindo ajuda para trazer a sua família da Itália:

Me permito molestar brevemente su atención para solicitar de su reconocida bondad, quiera prestar su caridad, contemplando la posibilidad de allanar o por lo menos solucionar en parte mi situación. He llegado de Italia- Regio Calabria- Pueblo de Sant Ilario Ionio- hace 19 meses y no vacile, al conocer su gran obra como Primer Magistrado, en plegarme a la causa del peronismo, que continuará engrandeciendo esta Gran República Argentina, de porvenir tan brillante, que brinda abiertamente hospitalizado a todo extranjero que como yo, trata de agradecerla brindando sus brazos y su profesión de herrero, para depositar su grano de arena, base de la monumental obra. Como dije, molestaba- mi General- para expresarle la carencia de recursos económicos de imprescindible necesidad para lograr el traslado de mi esposa y mis dos hijitas desde Italia (...) ¹⁷.

Do mesmo modo que a missivista brasileira, o italiano escreve para o governante como o único capaz de solucionar o seu problema. A utilização dos adjetivos auxilia na qualificação,

¹⁵ Fonte: Arquivo Nacional, Fundo da Secretaria da Presidência, processo 27912, lata 390.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Fonte: Arquivo Geral da Nação, fundo Ministério de Assuntos Técnicos, sem o número do processo, caixa 506.

mas também na confiança que ele tem de que seu pedido será atendido. Benjamino Penetta descreve a sua trajetória, inclusive explicitando as suas identificações pessoais, profissionais e políticas- pai, ferreiro e peronista- argumentando que ele já se sente parte da “nova realidade” e do projeto político governamental. Após estas considerações, o italiano solicita a ajuda do presidente para transladar as filhas até a Argentina, onde futuramente também poderiam contribuir na obra governamental. A missiva foi enviada para a Direção Nacional da Imigração e para a DAIE. Estas resolveram deliberar favoravelmente, pois Benjamino parecia estar plenamente identificado com a obra do governo, inclusive trabalhando na mesma¹⁸.

Brasil e Argentina são colocados como países exemplares e hospitaleiros. A exaltação dos “novos países” acompanhada de acontecimentos cotidianos revela que, para além dos usos das imagens positivas sobre os líderes, os missivistas têm- e fazem questão de demonstrar- conhecimento dos principais marcos¹⁹, objetivos e obras governamentais. Por vezes os missivistas também mencionam notícias e discursos dos líderes, como uma espécie de cartão de visitas enunciativo, tal como fazem referência a autoridades políticas que conheceram e indicaram o envio da correspondência.

A argumentação que sustenta as concepções de colaboração e utilidade são as mais variadas, envolvendo benefícios mútuos para o remetente e o destinatário ou seus países e vantagens políticas, econômicas e tecnológicas para os “novos países”. Assim, um pedido de emprego passa a ser tratado na carta como uma colaboração, até um ato de generosidade, de um trabalhador técnico e especializado, que deseja e pode ajudar na construção dos “novos países”. Este é o caso de Johan Ludwig, dinamarquês, que escreve para Vargas em novembro de 1941, pedindo seu auxílio para a emissão da carteira de identidade para estrangeiro. O dinamarquês, residente no país desde 1937, argumenta que já está inserido na sociedade brasileira, inclusive é casado e tem filhos brasileiros, contudo não pode trabalhar na obra do governo, pois está sem o documento necessário²⁰. De modo similar, Basile de Scalon, que perdeu a cidadania russa e adquiriu a francesa no pós-Segunda Guerra Mundial, escreve para Perón, em agosto de 1950, descrevendo sua saga- que vai da saída da Rússia após a Revolução até a entrada na Argentina, em 1946- e solicitando a cidadania argentina, para que ele possa contribuir nas obras do país.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ No caso brasileiro, recuperam a “Revolução de 1930”, o golpe de 1937 e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. No caso argentino, os Planos Quinquenais, a reforma constitucional de 1949 e a Terceira Posição são amplamente abordados nas cartas.

²⁰ Fonte: Arquivo Nacional, Fundo da Secretaria da Presidência, processo 34447, lata 390.

Ele explica que sua família reside na Argentina e que é engenheiro, inclusive tinha sido admitido, por indicação, no Ministério da Aeronáutica. Contudo, por uma “conspiração russa”, ele afirma que foi demitido, pois querem que ele volte para trabalhar na URSS. Por tudo o que foi exposto, ele pede o auxílio do presidente, para que ele consiga se reintegrar ao projeto político²¹.

Tal conhecimento é importante para fortalecerem a justificativa da escrita e do argumento, mas sobretudo para mostrarem como e o quanto se encaixam nos critérios dos “imigrantes ideais” e nos projetos políticos dos “novos países”. A maior parte dos missivistas realiza uma descrição, por vezes muito minuciosa, de sua trajetória de vida para comprovar os critérios mencionados no tópico anterior deste artigo, mas também seu perfil técnico e especializado. Como Joachin Todd, alemão, que escreve para Perón em setembro de 1946, dizendo que soube que estão contratando alemães e manifestando o interesse em viver no país. O missivista inicia a argumentação esclarecendo que “*que no fui membro del partido nazista ni una de sus organizaciones dependientes. Tengo 30 anos, soy soltero, de buena salud y tengo reputación optima de buena conducta política*”²². Ou seja, se encaixa nos critérios. Além disto, é engenheiro e, portanto, estaria dentro dos critérios estabelecidos pelo governo peronista.

Já os nacionais- brasileiros e argentinos-, que escrevem para denunciar injustiças ou supostos “inimigos da pátria” estrangeiros, argumentam que o sentimento patriótico motiva o dever pela defesa e vigilância dos países em questão, sobretudo dos projetos políticos dos governantes. Isto fica mais aparente no caso brasileiro do que no argentino.

Considerações Finais

Neste estudo inicial, procuramos analisar e comparar as cartas dos estrangeiros para Vargas e Perón procurando identificar suas aspirações, demandas, inquietudes e as diversas formas de atuação e participação que desejavam ter nos “novos governos”. O objetivo faz parte da nossa tese de doutorado, que considera que as pessoas comuns e os governantes estabeleceram uma relação direta e particular, ainda que assimétrica e mediada.

Para compreender as particularidades desta relação com os estrangeiros, foi necessário retomar alguns aspectos centrais do trato da questão dos estrangeiros pelo Estado no Brasil estadonovista e na Argentina peronista, especialmente porque, apesar dos discursos de “novos

²¹ Fonte: Arquivo Geral da Nação, fundo Ministério de Assuntos Técnicos, processo 1187, caixa 679.

²² Fonte: Arquivo Geral da Nação, fundo Ministério de Assuntos Técnicos, processo 2749, caixa 512.

países”, ambos mantiveram algumas práticas restritivas. Como especificidade dos momentos históricos, estes regimes buscaram a centralização dos organismos e fizeram propostas de uma possível integração dos que vem de fora aos projetos políticos implementados. Os que não se “adequavam” ao que era proposto deviam ser expulsos dos países.

Vargas e Perón promoveram distintos chamados políticos para incentivar a comunicação política com os governados. Eles também criaram estruturas específicas, que auxiliaram na consagração da noção de “diálogo direto” entre eles e as pessoas comuns. Para nós, a profissionalização da prática, mediada por diversos funcionários, contribuiu para a legitimação da troca de correspondência com os presidentes.

Os diferentes tipos e momentos das cartas revelam as tensões particulares das distintas conjunturas nacionais e internacionais, mas também demarcam as questões comuns e específicas da relação entre os governantes e os governados. Dentre os comuns, destacamos as imagens positivas sobre os presidentes, seus países e as justificativas da escrita, que edificam, de forma consciente e manipulada ou não, a necessidade ou o querer “fazer parte” dos projetos políticos daquele momento. Ou seja, a tentativa de integração nos “novos países”.

Para tal, nas cartas, demonstram conhecimento dos objetivos, das políticas e dos pilares dos governos. Também fazem um esforço para provar que se adequam aos critérios e as necessidades dos governos, inclusive destacando como estão contribuindo ou podem contribuir para a “construção” dos novos países. Em outros momentos, sobretudo nos que tratam de familiares- como de pedido para liberdade de parentes ou para trazer a família-, este argumento também é utilizado para fortalecer o argumento de que eles precisam ser atendidos, tal como os nacionais.

No que se refere aos aspectos particulares das cartas, além das urgências e problemas específicos de cada realidade, observamos que, no caso brasileiro, há uma maior tensão entre os nacionais e os estrangeiros. Esta fica evidenciada na quantidade de cartas de brasileiros com denúncias de estrangeiros, tidos como supostas “ameaças” a pátria, e de cartas de estrangeiros denunciando a perseguição dos brasileiros. No caso argentino, na maior parte das cartas, observamos uma tensão diferente, sendo que as denúncias se referem ao abuso dos argentinos com os trabalhadores estrangeiros, especialmente pelas dificuldades encontradas com a língua, as condições de vida e o conhecimento da legislação trabalhista do país.

Referências

Fontes

Cartas argentinas. Arquivo Geral da Nação, fundo Secretaria Técnica 1º y 2º de la Presidencia del teniente general Juan Domingo Perón, caixas 506, 512 e 679.

Cartas brasileiras. Arquivo Nacional, fundo Secretaria da Presidência da República, lata 390. Constitución de 1949. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/ar/ar146es.pdf>. Acesso em 2 de agosto de 2019.

Ley N° 4144 de Residencia de 1902. Disponível em: <http://www.unterseccionalroca.org.ar/imagenes/documentos/leg/Ley%204144.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2019.

“Perón quiere saber lo que su pueblo necesita”. In: PERÓN, Juan Domingo. *Obras completas del General Juan Domingo. Discursos de Juan D. Perón, 1950-1951*. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

Bibliografia

ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la argentina peronista. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

BIERNAT, Carolina. *¿Buenos o útiles? La política inmigratoria del peronismo*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

GERALDO, Endrica. O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *Tese de Doutorado*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

GOMES, Angela de Castro (org). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GUY, Donna J. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

KOIFMAN, Fábio. “O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados”. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, n.2, 2017, p. 71-89.

LAGO, Mayra Coan. “Conflitos e pedidos de terra nas cartas dos trabalhadores para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón”. *Em tempo de histórias*, nº 33, 2019, p.134-159.

MALATIAN, Teresa. “Cartas- Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015.

QUINTEROS, Marcela Cristina. *Os olhos da nação - As imagens construídas sobre o estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas (1930-1955)*. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

REIS, José Rogério Franco. “Não existem mais intermediários entre o governo e o povo”: correspondências a Getúlio Vargas- o mito e a versão (1937-1945)”. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2002.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. *Venha o decreto de expulsão: a legitimação da ordem autoritária no governo Vargas*. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2012.

SILVA, José Rogério da. “Condições de vida da classe trabalhadora na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo”. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.

SEYFERTH, Giralda. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 199-229.